

Mailson nega gasto político

Rio — “O presidente Sarney tem-me assegurado que não permitirá gastos extra-orçamentários com finalidades políticas, afirmou ontem, no Rio, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, ao ser indagado como pretendia exigir o cumprimento rigoroso do orçamento unificado diante das pressões dos governadores por maiores recursos durante um ano em que o próprio presidente da República luta para prorrogar seu mandato para cinco anos.

Mailson da Nóbrega disse que não era “político, e sim burocrata”, e que a melhor forma para conter o déficit público era exigir o cumprimento da lei orçamentária que pela primeira vez na história do País unificou os três orçamentos, fiscal, monetário e das estatais, numa peça única que permite um controle abrangente e que antes era impossível, diante dos vazamentos do orçamento monetário e dos gastos com transferências e subsídios.

Em entrevista coletiva após sua palestra a empresários na Confederação Nacional do Comércio, no Rio, o ministro da Fazenda disse que quando assumiu o cargo as expectativas inflacionárias eram de 28 a 30%, ao mês no primeiro trimestre e que considera uma vitória se conseguir estabilizar inicialmente nos 15%, e depois reduzindo esse nível gradativamente. “Não será um resultado espetacular, mas estará afastando o risco da hiperinflação”, frisou.

Demissões

Mailson da Nóbrega disse que não via possibilidade de redução do déficit público através da demissão do funcionalismo, “porque estes estão garantidos em seus empregos pela legislação, sejam celetistas ou estatutários” e que sua política econômica será marcada pelo controle rigoroso do orçamento e por uma política de recuperação gradativa das tarifas públicas.

Quanto às negociações com os bancos credores, afirmou que não via porque não reatarmos o pagamento dos juros, condicionando, um acordo, entretanto, à exigência de que o Brasil pague apenas 30 a 40% dos juros de 1988, sendo o restante financiado pelos próprios bancos.

No café da manhã, com empresários na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), o ministro da Fazenda disse que era

preciso quebrar a onda de pessimismo que varre o País e que estava levando a um grande número de empresários no Centro-Sul a guardarem seus projetos de investimentos nas gavetas, temerosos diante de um clima de incertezas na economia.

Pacotes

Destacou que para esse clima de incerteza muito contribuíram os pacotes econômicos e fiscais, deixando os empresários perplexos diante de tantas mudanças. Sua política econômica, prometeu o ministro, será baseada no dia-a-dia, “na obediência à lógica de que dois mais dois são quatro” e ao pragmatismo do respeito à lei da gravidade e ao fato de que “rio não sobe montanha”.

Segundo ele, o Governo está convencido de que os dois grandes problemas do País — déficit público e inflação — devem ser atacados com firmeza e coragem política. “Não importa qual o conceito de déficit público, seja operacional, seja pelo choque externo ou financeiro, seus efeitos são inflacionários e, portanto, esse problema tem que ser combatido em todas as frentes”.

Rigor

Mailson da Nóbrega disse que terá que vender a idéia-força de que o orçamento unificado é o melhor instrumento para se combater a inflação e que pela primeira vez na história do Brasil isso é possível porque existe uma peça para balizar os gastos do Governo, como se fosse uma empresa, ou menos uma família. Esse orçamento, uma vez aprovado pelo Congresso, cumpre segui-lo rigorosamente e se não há verbas não se gasta.

Lembrou que após 100 anos de processos orçamentários caóticos, “não será do dia para a noite que o Brasil terá um orçamento como o britânico ou o americano, mas tudo deverá ser feito para que atinjamos essa meta”. Para tanto, anunciou que foram criadas várias comissões no Ministério da Fazenda para fazer uma radiografia ampliada do Orçamento, para que o mesmo possa ser acompanhado diariamente. “Não pode o Governo anunciar um déficit público no início do ano e realizar exatamente o dobro no final do ano”, ponderou o ministro.